



POR UMA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA CENTRADA NA DIGNIDADE HUMANA

No marco do Fórum de Exame da Migração Internacional (FEMI), as organizações baseadas na fé católica e atores pastorais da América Latina e do Caribe levantam a voz a partir dos territórios onde acompanham pessoas migrantes, refugiadas, retornadas e deslocadas forçadas.

Nossa posição é clara: **a dignidade humana não é negociável.**

Constatamos diariamente que a governança migratória na região atravessa retrocessos em matéria de direitos humanos. Existe uma lacuna estrutural entre os compromissos assumidos pelos Estados, no âmbito do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, e a realidade vivida por milhares de pessoas em mobilidade humana em nosso continente, especialmente no que se refere à redução de vulnerabilidades, ao acesso à proteção internacional, à não discriminação e à garantia de retornos seguros e dignos.

As políticas de controle, contenção, securitização e externalização de fronteiras não detiveram a migração; tornaram-na mais perigosa. Essas dinâmicas têm normalizado a violência e a desumanização, afetando de maneira desproporcional mulheres, crianças e adolescentes.

Denunciamos com profunda preocupação o impacto humano dessas políticas:

- Separação de famílias por detenções e deportações, muitas delas sem respeito ao devido processo legal;
- Pessoas deportadas sem redes de apoio nem condições para sua subsistência;
- Pessoas transferidas para outros países onde não têm vínculos, conhecimento do idioma nem condições mínimas de integração;
- Crianças e adolescentes expostos a redes de tráfico, exploração e violência;
- Criminalização de pessoas em mobilidade forçada.

Observamos com preocupação como discursos anti-imigrantes, de criminalização e de aporofobia têm permeado o debate público na região. Essas narrativas têm contribuído para legitimar políticas que priorizam a segurança e o controle em detrimento da dignidade humana e dos direitos humanos, favorecendo práticas de perfilamento, detenção arbitrária e uso excessivo da força.

Da mesma forma, preocupa-nos o aumento exacerbado dos orçamentos destinados a políticas de contenção e controle — construção de muros, fortalecimento de sistemas de detenção e militarização da gestão migratória — em contraste com a redução de recursos para a assistência humanitária, a proteção internacional e programas de integração e reintegração. Essa tendência reflete prioridades que aprofundam a exclusão.



Como organizações de fé, caminhamos junto às pessoas migrantes, encarnando os verbos aos quais o Papa Francisco nos chama: acolher, proteger, promover e integrar. No entanto, afirmamos com clareza: **nosso trabalho não pode e nem deve substituir a responsabilidade dos Estados**. Garantir e proteger a vida, a dignidade e os direitos das pessoas migrantes é uma obrigação jurídica e ética.

A partir da Doutrina Social da Igreja, recordamos que a dignidade humana é o fundamento de toda ação política. Como ensina *Fratelli Tutti*, ninguém pode ser descartado. E, como assinala o Papa Leão XIV em *Dilexi Te* (73-75), a migração faz parte da história humana e nos interpela a denunciar estruturas de exclusão e a propor alternativas que humanizem a governança migratória.

Reiteramos a importância de fortalecer a complementaridade entre marcos internacionais e regionais de proteção, incluindo o Processo de Cartagena +40, bem como de avançar para formas de cooperação regional baseadas na solidariedade, na proteção compartilhada e na corresponsabilidade entre os Estados. Cumprir esses compromissos é urgente, especialmente em um contexto em que sua implementação enfrenta riscos de estagnação e retrocesso em matéria de direito internacional.

O Fórum de Exame da Migração Internacional 2026 não pode se limitar a uma avaliação técnica. Sua legitimidade dependerá da capacidade real dos Estados de reduzir a lacuna entre os compromissos assumidos e a realidade.

Por isso, fazemos um chamado urgente aos Estados para:

- Garantir o direito de migrar, por meio de vias regulares, seguras e acessíveis;
- Respeitar o direito de asilo e o princípio de não devolução;
- Pôr fim à detenção migratória como prática generalizada;
- Assegurar o devido processo legal em todos os procedimentos migratórios;
- Garantir retornos seguros, dignos e voluntários, acompanhados de políticas públicas de reintegração sustentável, que possam restaurar redes familiares e comunitárias;
- Dar transparência aos acordos de externalização, contenção e deportação;
- Fortalecer a cooperação regional com enfoque em direitos humanos e corresponsabilidade;
- Incluir pessoas migrantes e refugiadas, bem como organizações de fé e da sociedade civil, como aliadas estratégicas no desenho, implementação e avaliação de políticas migratórias;
- Destinar orçamentos sustentáveis para a proteção, integração e reintegração das pessoas migrantes, priorizando o investimento em direitos humanos acima de políticas de contenção e controle.



Por fim, chamamos à necessidade de abordar de maneira efetiva as causas estruturais da migração forçada — dinâmicas geopolíticas, desigualdade, violência e os impactos das mudanças climáticas e desastres socioambientais — por meio de políticas de prevenção, proteção e adaptação que garantam o direito das pessoas e comunidades de permanecer em condições de vida digna em seus territórios.

A mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, “Mesmo que seja apenas um destes pequeninos”, recorda-nos que não falamos de números, mas de vidas humanas, onde cada pessoa conta, cada história importa e cada vida é sagrada.

Por isso, exortamos os Estados e a comunidade internacional a construir pontes e derrubar muros, a assumir sua responsabilidade compartilhada e a colocar verdadeiramente no centro da governança migratória a dignidade humana.

Assinam

Red Eclesial Latinoamericana y Caribeña de Migración, Desplazamiento, Refugio y Trata de Personas (Red CLAMOR)
Red Jesuita con Migrantes (RJM)
Fundación Scalabriniana
Misión Escalabriniana con Migrantes y Refugiados (SMR)
Scalabrini International Migration Network (SIMN)
Franciscans International (FI)
VIVAT International
Caritas Internationalis
Cáritas América Latina y el Caribe
Fundación Proclade Internacional-Familia Claretiana
Misión Scalabriniana Ecuador
Pastoral de Movilidad Humana, Diócesis de San Cristóbal de las Casas, Chiapas
Observatorio Socio-Pastoral de Movilidad Humana de Mesoamérica y el Caribe (OSMECA)
Servicio Jesuita a Refugiados para Latinoamérica y el Caribe (JRS LAC)
Servicio Jesuita a Migrantes y Refugiados (SJMR Brasil)
Servicio Jesuita a Migrantes Argentina-Uruguay (SJM ARU)
Asociación Hermanas Misioneras de San Carlos Borromeo Scalabrinianas - San Pedro Sula, Tegucigalpa - Honduras
Instituto de Migrações e Direitos Humanos - Brasília
Instituto Madre Assunta - Tijuana
Comisión Argentina para Personas Refugiadas y Migrantes (CAREF)
Mision Scalabriniana Pari San Paolo
Centro de Atendimento ao Migrante - Caxias do Sul Situato
Red Franciscana para Migrantes de las Américas (RFM)
Departamento de Migraciones, Diócesis de Quilmes (Argentina)
Pastoral de Movilidad Humana - Conferencia Episcopal de Guatemala/ PMH-CEG